



CARMO GALLO NETTO

carmo@reitoria.unicamp.br

Quando atuava no Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – (Caism), como psicóloga do Ambulatório de Ginecologia, que atende mulheres com infecção por HIV/Aids, sob a responsabilidade da professora Eliana Amaral, Andrea da Silveira Rossi constatou a crescente realidade de mulheres soropositivas que manifestavam desejo de engravidar. No ambulatório vivenciava-se a dificuldade de orientação dessas mulheres sobre as questões reprodutivas em razão da falta de uma diretriz técnica do Ministério da Saúde (MS) sobre o assunto. Eliana esclarece que, atualmente,



Foto: Antoninho Perri

Da esq. para a dir., Eliana Amaral, Andrea da Silveira Rossi e Maria Yolanda Makuch: amplo mapeamento

Diagnóstico pode nortear políticas públicas

Não são muitas as pessoas que podem saborear o prazer de ter os trabalhos realizados na academia viabilizados na prática. E isso aconteceu com Andrea. Seu desejo era de que essas constatações chegassem ao Ministério da Saúde (MS), aos gestores estaduais e municipais envolvidos nas políticas públicas destinadas ao atendimento a portadores do HIV/Aids.

No decorrer de seu estudo, ela participou de um evento relacionado ao assunto em que estava presente um representante do Ministério da Saúde, que a convidou para apresentar as conclusões da

DESASSISTIDOS

Estudo revela gargalos de serviços que atendem portadores de HIV que queiram ter filhos

devido ao acesso universal ao tratamento antirretroviral oferecido pelo Ministério da Saúde, as pessoas que vivem com HIV/Aids passaram a adoecer menos, havendo estabilização da mortalidade, diminuição da transmissão do vírus HIV da mãe para o filho (transmissão vertical) e melhora da qualidade de vida. Hoje, na mulher soropositiva grávida o risco da transmissão vertical pode se reduzir a 1% se ela se submeter a acompanhamento no pré-natal, utilizar medicações antirretrovirais, planejar o parto e não amamentar.

Ela lembra também que as mulheres atendidas no ambulatório queriam saber se podiam engravidar e quais os riscos da transmissão vertical e sexual

do HIV, pois tinham dificuldades em encontrar respostas para a maior parte de suas dúvidas e expectativas. A experiência prática que angustiava as profissionais no ambulatório motivou-as a desenvolver uma pesquisa para buscar compreender como os serviços especializados em HIV/Aids (SAE) e os serviços de reprodução humana assistida (SRHA) do SUS ou das universidades do país encaminhavam as dúvidas e necessidades dos casais com infecção por HIV que desejavam ter filhos. A pesquisa também buscou identificar que tipo de informação os profissionais detinham a respeito do assunto e que orientações e encaminhamentos estavam dando aos usuários, além de descrever as informações e vivências dos usuários (homens e mulheres) soropositivos que desejam ter filhos.

Essa pesquisa resultou na tese de doutorado de Andrea, intitulada “Demanda e barreiras para o acesso a serviços de reprodução assistida para pessoas vivendo com HIV no Brasil: perspectivas de gestores, profissionais e usuários”, orientada pela professora Eliana Amaral, diretora da Divisão de Obstetrícia do Caism e professora-associada de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), e com coorientação da psicóloga Maria Yolanda Makuch, pesquisadora do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas (Cemicamp).

A pesquisa identificou junto aos gestores dos Programas de Saúde da Mulher e dos Programas de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/

Aids, estaduais e municipais – em capitais dos estados e cidades com mais de 500 mil habitantes e Distrito Federal – se haviam serviços (SRHA e SAE) que ofereciam atendimento a pessoas com HIV que desejam engravidar e que tipo de atendimento estava à disposição da população.

Por telefone, foram inicialmente entrevistados 64 gestores de programas de saúde da mulher e 63 gestores dos programas de DST/Aids, estaduais e municipais, que ajudaram a identificar que serviços de reprodução humana atendiam estes casais nas várias regiões. Seguiu-se uma fase qualitativa da pesquisa, através de estudos de casos, com entrevistas com profissionais e usuários (homens e mulheres) soropositivos de um serviços de reprodução humana assistida (SRHA) e um serviço de atenção especializada (SAE) em HIV/Aids selecionados em cada uma das regiões geográficas do país. A pesquisadora conversou com 39 profissionais (coordenadores dos serviços, infectologistas, ginecologistas, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros) e 47 usuários dos serviços.

Maria Yolanda lembra que foram entrevistados quase todos os gestores estaduais desses programas, procurando saber qual a visão deles em relação a esse tipo de atendimento, quais as dificuldades enfrentadas e quais informações poderiam fornecer sobre os trabalhos oferecidos na área. Ela lembra que, a partir da solicitação da pesquisa, muitos precisaram realizar um levantamento sobre o que estava sendo oferecido nos serviços. Mas ao entrevistar os coordenadores dos serviços, ela constatou que vários não ofereciam exatamente os atendimentos que haviam sido relatados pelos coordenadores dos programas. A maioria dos serviços de reprodução não atendia casais com infecção por HIV e em grande parte dos SAE a orientação sobre reprodução não incluía estes aspectos e tinha foco na prevenção, contrariando a visão dos gestores.

Conclusões

A pesquisa trouxe conclusões importantes. O desejo reprodutivo de pessoas vivendo com HIV é uma realidade em todos os serviços visitados, revelando-se uma demanda reprimida. A identificação de um único SRHA universitário que oferecia tratamento de reprodução humana assistida (RHA) para casais com HIV no Brasil e a ausência de abordagem do desejo reprodutivo em quase todos os serviços especializados em HIV/Aids (SAE) constituem fatores que limitam o acesso das pessoas à informação e às tecnologias reprodutivas apropriadas.

Ela constatou ainda que os profissionais continuam focando as orientações às pessoas soropositivas primordialmente na prevenção da infecção e no uso de preservativo,

dando pouca atenção ao anseio dos casais que gostariam de ter filhos, não orientando-os sobre qual seria a forma mais segura de fazê-lo. Segundo Maria Yolanda, a maioria dos profissionais tem dificuldade de realizar orientação adequada porque não dispõe de informações atualizadas tanto sobre os procedimentos de reprodução humana assistida, como sobre as estratégias de redução de risco para a transmissão do HIV, com o agravante de que não sabem para onde encaminhar esses casos. Assim, muitas vezes ocorrem encaminhamentos equivocados.

Entre a maioria dos profissionais entrevistados, Andrea observou dificuldades para identificar e abordar o desejo de reprodução, além da desatualização em tratamentos de RHA e estratégias de redução de riscos de transmissão para o parceiro – se este não for infectado pelo HIV – e para o filho – se a mãe for infectada. A pesquisadora destaca que dentre os SAE visitados, apenas em um deles, na região Sudeste, o desejo de ter filho era atendido de forma mais abrangente, desde que manifestado espontaneamente pelos usuários. Nos demais serviços foram observadas dificuldades por parte dos profissionais e usuários em falar sobre o assunto, evidenciando que o tema permanece um tabu, mesmo diante das características atuais de cronicidade da epidemia.

A pesquisadora afirma que “o estigma da Aids e o preconceito aparecem de maneira sutil ou declarada nas falas dos profissionais, nas vivências dos usuários, reprimindo a expressão e a realização do desejo reprodutivo em parte dos casos”.

Andrea constatou ainda que a falta de encaminhamentos adequados sugere falhas na comunicação entre os diversos setores envolvidos dos serviços públicos e que a ausência de informações atualizadas e objetivas tanto entre os profissionais como entre os usuários constituem fatores que comprometem o atendimento. Isso deixa as pessoas mais vulneráveis, aumentando o risco da infecção pelo HIV. Em muitos casos, a negligência do aconselhamento reprodutivo ocorre porque se considera que a atuação dos profissionais deve ser voltada para a redução do risco e prevenção de novos casos de infecção viral.

Entre as pessoas soropositivas entrevistadas nos SAE, Andrea identificou dificuldades em expressar o desejo reprodutivo por receio da discriminação; dificuldades de acesso à informação; e falta de encaminhamentos adequados. Há também o agravante de que o SUS não cobre os procedimentos de RHA e o custo desse tipo de tratamento é muito alto, dificultando a sua realização.

Este quadro leva a pesquisadora a concluir que há necessidade de políticas públicas que incluam a atenção à reprodução às pessoas que vivem com HIV/Aids.

pesquisa no Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, em Brasília, porque o MS estava começando a redigir um documento de orientação técnica abordando as orientações sobre reprodução para as pessoas vivendo com HIV/Aids.

A partir dessa oportunidade, surgiu o convite para trabalhar como consultora técnica na Unidade de Assistência e Tratamento do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, que atualmente finaliza o documento que apresentará as recomendações sobre redução de risco da transmissão sexual do HIV no planejamento da reprodução de pessoas vivendo com HIV/Aids. Esse documento destina-se a profissionais para que possam atender de maneira mais adequada àqueles que desejam engravidar. Ela afirma que o MS tem a preocupação não apenas com a elaboração desses tipos de diretrizes, mas também com as estratégias para sua implementação nos serviços, atualização dos profissionais e além da divulgação das informações para os usuários dos serviços, os maiores interessados.

A professora Eliana chama a atenção para o fato de que é difícil encontrar no mundo serviços públicos para casais inférteis, em razão do custo do tratamento, que envolve alto investimento em laboratório, equipamentos, pessoas treinadas e emprego de medicamentos caros, motivos que suscitam inúmeras discussões, em face de outras demandas prioritárias da saúde pública. Ela lembra que o assunto tem merecido atenção do MS, mas reconhece que é um assunto polêmico. Esse tipo de serviço é encontrado na iniciativa privada.

A docente entende que o desenvolvimento de uma política nacional de reprodução humana assistida possibilitaria que o atendimento aos casais que vivem ou convivem com o HIV pudesse ser inserido, sem necessidade de priorizar essa população isoladamente.

Maria Yolanda comenta que a pesquisa em pauta que enfocou o desejo de reprodução de pessoas com o HIV/Aids foi realizada junto de outro estudo relacionado a homens e mulheres com diagnóstico de infertilidade, que buscavam os tratamentos de RHA. Ela afirma que se os poucos serviços públicos de RHA de um modo geral não estão dando conta da demanda de casais com infertilidade que desejam engravidar, estes mesmo serviços possuem muito menos condições de atender os casais soropositivos que manifestam o mesmo desejo.

Publicação

Tese “Demanda e barreiras para o acesso a serviços de reprodução assistida para pessoas vivendo com HIV no Brasil: perspectivas de gestores, profissionais e usuários”

Autora: Andrea da Silveira Rossi

Orientadora: Eliana Amaral

Coorientadora: Maria Yolanda Makuch

Unidade: Faculdade de Ciências Médicas (FCM)

